

Ações de prevenção em saúde sexual para adolescentes: a atuação de acadêmicos de medicina em programa de saúde na escola

Sexual health prevention actions for adolescents: the role of medical students in a school health program

Acciones de prevención en salud sexual para adolescentes: el papel de los estudiantes de medicina en un programa escolar de salud

Maria Cecília Minhoto Veneziani¹, Rosane Aparecida Gomes Moscardini Alonso¹.

RESUMO

Objetivo: Relatar a experiência de atividade realizada por acadêmicos do curso de medicina com alunos do primeiro ano do ensino médio abordando assuntos de saúde sexual, principalmente métodos contraceptivos e gravidez na adolescência. **Relato de experiência:** A atividade realizada por alunos do curso de graduação em Medicina do terceiro período com alunos do primeiro ano do ensino médio abordando assuntos de saúde sexual, principalmente métodos contraceptivos, Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e gravidez na adolescência, de maneira dinâmica e adaptada ao público-alvo. A vivência trouxe à tona reflexões pertinentes sobre a vulnerabilidade dos adolescentes alvo da ação, a importância do entendimento de tal situação para a criação de ações de saúde específicas para aquele público e a intersectorialidade entre saúde e educação como estratégia facilitadora para tais ações. **Considerações finais:** O Programa Saúde nas Escolas impacta de forma positiva a sociedade e os indivíduos que nela estão envolvidos, sejam estudantes de escolas públicas, sejam universitários da área da saúde, sendo importante lembrar a necessidade da abordagem da sexualidade e educação sexual de maneira constante e frequente no contexto escolar.

Palavras-chave: Promoção da saúde, Adolescência, Educação sexual, Intersectorialidade.

ABSTRACT

Objective: To report the experience of an activity carried out by medical students with first-year high school students addressing sexual health issues, especially contraceptive methods and teenage pregnancy. **Experience report:** The activity carried out by students of the undergraduate course in Medicine of the third period with students of the first year of high school addressing sexual health issues, mainly contraceptive methods, Sexually Transmitted Infections (STIs) and teenage pregnancy, in a dynamic way and adapted to the target audience. The experience brought up relevant reflections on the vulnerability of the adolescents targeted by the action, the importance of understanding such a situation for the creation of specific health actions for that public and the intersectoriality between health and education as a facilitating strategy for such actions. **Final considerations:** The Health in Schools Program positively impacts society and the individuals who are involved in it, whether students from public schools or university students in the health area, it is important to remember the need to approach sexuality and sexual education in a constant way. and frequent in the school context.

Keywords: Health promotion, Adolescent, Sex education, Intersectoral collaboration.

RESUMEN

Objetivo: Relatar la experiencia de una actividad realizada por estudiantes de medicina con estudiantes de primer año de secundaria abordando temas de salud sexual, especialmente métodos anticonceptivos y embarazo adolescente. **Informe de experiencia:** La actividad realizada por estudiantes de la carrera de Medicina del tercer período con estudiantes de primer año de secundaria abordando temas de salud sexual, principalmente métodos anticonceptivos, infecciones de transmisión sexual (ITS) y embarazo adolescente, en una dinámica manera y adaptada al público objetivo. La experiencia trajo reflexiones relevantes sobre la vulnerabilidad de los adolescentes objetivo de la acción, la importancia de comprender tal situación para la creación de acciones de salud específicas para ese público y la intersectorialidad entre salud y educación como estrategia facilitadora de tales acciones. **Consideraciones finales:** El Programa Salud en las Escuelas impacta positivamente a la sociedad y a los individuos que están involucrados en él, ya sean estudiantes de escuelas públicas o universitarios del área de la salud, es importante recordar la necesidad de abordar la sexualidad y la educación sexual de manera constante y frecuentes en el contexto escolar.

Palabras clave: Promoción de la salud, Adolescencia, Educación sexual, Intersectorialidad.

¹ Universidade de Franca (UNIFRAN), Franca - SP.

INTRODUÇÃO

A universalidade do direito à saúde, como garantia de acesso a serviços de qualidade, é defendida pelo Sistema Único de Saúde por meio da promoção, proteção e recuperação da saúde para todos, e está alinhada à Constituição Federal e às prioridades da criança e do adolescente identificados na Constituição Federal. A Lei da Criança e do Adolescente, promove o desenvolvimento harmonioso e saudável, levando em consideração suas particularidades na formulação de políticas públicas para proteção e garantia de seus direitos (BRASIL, 2016).

A proteção dos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes tem sido reconhecida como um direito humano em legislações nacionais e documentos internacionais, demonstrando a importância de acolher a individualidade e autonomia desse grupo e incentivá-los a assumir a responsabilidade por sua própria saúde, assim como o acesso à informação de qualidade, de fontes confiáveis e que permitam, assim, o pleno exercício de seus direitos (BRASIL, 2014).

Esse contexto é terreno fértil para a implementação de ações voltadas às especificidades da saúde do adolescente, possibilitando o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva de qualidade, e as práticas culturais e profissionais devem mudar, principalmente na hospitalidade e nas relações de poder, em uma visão que promova a saúde (BRASIL, 2013).

O Projeto Saúde nas Escolas (PSE) é uma política governamental, instituída em 2007, que visa integrar os setores da saúde e da educação, com objetivo de promover uma educação integral para os estudantes da rede pública (BRASIL, 2020)

A articulação entre as equipes de multidisciplinares de saúde da atenção básica e as escolas do território formam a base do Programa Saúde na Escola e preconiza 12 ações em saúde para sua abrangência. Dentre estas está a educação referente ao direito sexual e reprodutivo de todos os indivíduos, bem como a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) (BRASIL, 2018).

O projeto se encaixa dentro da Estratégia de Saúde da Família, uma vez que também funciona através da divisão por áreas de abrangência e visa a promoção e prevenção da saúde. Dessa forma, a partir do envolvimento dos cursos de saúde da universidade com a atenção primária à saúde, existe também a participação no PSE. Esse envolvimento demonstra resultados positivos tanto para os estudantes da rede pública que estão recebendo as informações, como para os estudantes universitários, que conhecem melhor o público jovem de sua área de abrangência, desenvolvem capacidades de comunicação, e, ainda, reforçam os conhecimentos aprendidos (BRASIL, 2018).

Dentre os eixos temáticos que podem ser abordados no projeto, está a discussão sobre métodos contraceptivos e sexualidade, que se demonstra como um assunto de suma importância e tratá-lo no ambiente escolar parece apropriado, uma vez que a abordagem seria um momento de troca de informações sobre algo presente no contexto social de quase todos os adolescentes e, ainda, em um ambiente onde as relações sociais são intensas. Mesmo com a redução nas taxas de fecundidade no Brasil, o número de gestantes adolescentes (com menos de 19 anos) vem aumentando, assim como os índices de Doenças Sexualmente Transmissíveis, reflexo de uma cultura que não preconiza a abordagem da sexualidade para esse grupo etário, e que, apesar das evoluções que vêm acontecendo, ainda trata o assunto como um tabu, o que demonstra a necessidade de existirem projetos como o PSE, tratando desse tema com adolescentes (CERQUEIRA SANTOS E, et al., 2010; BRASIL, 1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente indica e assegura às crianças e adolescentes, como direito, todas as oportunidades e facilidades para que obtenham o melhor de suas potencialidades em todos os aspectos, dessa forma, o acesso à informação, nesse caso, a sexual, como forma de garantir-lhes isso é um direito a ser assegurado, não somente pelos profissionais das áreas de saúde e educação, mas também por toda a sociedade brasileira, incluindo a família como instituição (BRASIL, 1990).

O Brasil é um país diverso e de grandes desigualdades, é importante reconhecer os grupos de maior risco para as principais consequências da falta de informação sobre a sexualidade, como gravidez na adolescência e ISTs, sendo estes, especialmente, meninas, negras e pobres. Dois fatos que corroboram com isso é de que

95% dos casos de gravidez na adolescência ocorrem em países em desenvolvimento, como o nosso, e que meninas que permanecem por mais anos na escola têm chances menores de engravidarem precocemente, ou seja, meninas que têm acesso à uma educação que lhes permita a informação necessária, além da melhor perspectiva de vida (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA), 2013).

Deste modo, objetivou-se relatar a experiência de promoção de saúde sexual para adolescentes dentro do ambiente escolar e estimular o aprendizado prático de alunos do curso de graduação em Medicina.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A turma de alunos do primeiro ano do ensino médio foi previamente selecionada pela diretoria da escola, foi de escolha dos universitários a realização de uma atividade dinâmica, buscando integrar toda a sala e instigá-los sobre o conhecimento quanto aos métodos contraceptivos e a proteção de infecções sexualmente transmissíveis.

Primeiro, foi passado um vídeo documental, que trazia relatos de jovens adolescentes que engravidaram e o impacto disso em suas vidas; imagens chocantes e que trouxeram grande euforia dentro do grupo de estudantes. A forma de tratar o assunto como algo real e pouquíssimo romantizado trouxe à tona os desafios e consequências que uma possível gravidez na adolescência pode trazer. O objetivo era, justamente, impressionar os estudantes e fazê-los compreender a urgência e necessidade do assunto.

A seguir, foi pedido para que a turma se dividisse em pequenos grupos (mais ou menos quatro pessoas) e distribuídos para cada um papel contendo o nome de um método contraceptivo. Permitida a busca ativa de informações, na internet ou quaisquer outros meios disponíveis, além da discussão com os colegas do grupo, foram feitas indagações como: “O que é esse método?”, “Como é usado?” ou “Como funciona?”. Foi dado um intervalo de 5-10 minutos para que refletissem sobre as respostas para que, em seguida, as compartilhassem com o resto da turma.

Figura 1 - Mapa Mental dos Assuntos Abordados na Experiência.



Fonte: Veneziani MCM e Alonso RM, 2022. Construído através da plataforma Miro.

Por último, reconhecendo o quanto de conhecimento a turma tinha sobre o assunto, foi explicado, de maneira simples e prática, como age cada um dos principais métodos contraceptivos, seus prós e contras e foi aberto para dúvidas. A **Figura 1** resume por meio de um mapa mental os assuntos abordados de forma sistemática, considerando-se que foram explicados de maneira prática e dinâmica durante a atividade.

DISCUSSÃO

A sexualidade se manifesta no ser humano como um fenômeno biológico, psicológico e social que influencia a forma como ele existe, entende e vive o mundo como seres sexuais: homens e mulheres. É um fenômeno plural, que traz comportamentos e práticas sexuais, sentimentos e desejos profundamente enraizados e influenciados pela forma como as sociedades são organizadas e pelas relações estabelecidas entre os membros da sociedade (BRASIL, 2007).

A forma como os adolescentes se expressam e vivem é influenciada por vários fatores, incluindo: a qualidade e emoção dos relacionamentos, onde conviveram com outros significativos durante a infância e suas experiências atuais; relacionamentos com grupos de pares; as consequências físicas, psicológicas, cognitivas e transformações sociais nos valores, crenças, ética e tradições de suas famílias e sociedades (FREITAS KR e DIAS SMZ, 2010).

Portanto, os conceitos de sexualidade, sentimento, emoção, intimidade e desejo como parte do desenvolvimento humano precisam ser integrados às intervenções de saúde sexual e reprodutiva (BRASIL, 2009a), bem como um conceito de sexualidade que respeite os direitos sexuais e reprodutivos. O reconhecimento da importância das relações de igualdade de gênero deve existir nas iniciativas de educação sexual dos jovens, preferencialmente antes da primeira relação sexual (PONTES AF, 2010).

De acordo com Brasil (2009b) os direitos sexuais e reprodutivos incluem os princípios da diversidade humana, especialmente os princípios da sexualidade, saúde, igualdade, autonomia e integridade corporal, que se baseiam nos princípios macro éticos estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Durante a realização da atividade com os alunos, foi percebida não somente a carência de informações, mas também algumas que estavam erradas, seja por serem fruto da imaginação das adolescentes, seja por terem sido assim aprendidas. Diante disso, foi necessário todo um processo de desconstrução das informações errôneas para que houvesse a consolidação dos novos conhecimentos teóricos e, mais importante que estes, os práticos.

Para Pontes AF (2010) a adolescência é um período de intensa vulnerabilidade por si, que somada às demais, como a socioeconômica, torna-o digno de muita atenção e cuidado por parte dos profissionais que lidam diretamente com esse grupo. Essa fase da vida está mais para um processo do que para um marco fixo, uma vez que se trata da transição entre a passividade e impulsividade que era aceitável na infância para ser um indivíduo autocrítico e com maior poder de escolha. Dessa forma, é um processo que requer orientação e cuidados, respeitando suas particularidades e dificuldades individuais (SILVA QADD, et al., 2018).

Quanto à sexualidade nessa fase, é importante reconhecer que é onde acontece a introdução a esse "universo", do qual se tem pouco ou nenhum conhecimento, assim, nada mais propício do que o maior momento de diálogo e debate sobre o assunto ocorrer nesse momento (SILVA KLEIN TA, 2003; RAMOS LS, et al., 2020).

Adolescentes e jovens são sujeitos de direitos e constituem um grupo populacional que necessita de novas abordagens de saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva. Sua expectativa de vida particularmente saudável sugere que muitos de seus problemas de saúde decorrem dos estilos, hábitos e comportamentos "em andamento" que, em alguns casos, os tornam vulneráveis. A vulnerabilidade criada pelo meio social e as desigualdades criadas por processos históricos de exclusão e discriminação determinam os direitos e oportunidades dos adolescentes brasileiros (BRASIL, 2017).

Para Kail RV (2010) a saúde é um setor privilegiado para promover e proteger os direitos humanos dos adolescentes. Do ponto de vista da ação na produção da saúde, é possível intervir satisfatoriamente na implementação do rol de direitos por meio de ações e atividades explícitas e conjuntas dentro do governo, entre a Federação e a sociedade civil, incluindo os movimentos juvenis, para melhorar o direcionamento dessa política de atenção à população.

Tais considerações foram levadas em conta durante a seleção das turmas que seriam contempladas durante a atividade, visando abranger o grupo mais exposto. Além disso, durante a realização do trabalho, foram percebidas algumas dificuldades com relacionar-se com essa faixa etária, como as conversas paralelas, a timidez de algumas meninas em tratar de um assunto tão tabu, as piadas e brincadeiras de uns colegas com outros, etc. Porém, é compreensível que haja afobação e uma certa ansiedade quando aborda um tema que é de grande interesse e, ao mesmo tempo, muito negligenciado e reprimido.

A **Figura 1** pontua de forma abrangente os diversos determinantes da gravidez na adolescência, sendo destacados aqui: o acesso às informações sobre sexualidade e à educação sexual, a cultura misógina que muitas vezes traz a maternidade como única opção de futuro para meninas e a pressão dos pares – ainda dentro de uma cultura misógina, que muitas vezes são abusivos e opressores, negando o uso de métodos contraceptivos, em especial os de barreira.

Segundo Bouzas ICS, et al. (2013) do ponto de vista dos direitos humanos, a gravidez na adolescência pode ser considerada um ponto de virada em múltiplas experiências de vida. Esse fato chama a atenção para a complexa realidade da juventude brasileira, especialmente dos adolescentes, pois ilumina sabiamente aspectos relacionados à vida sexual e reprodutiva, bem como as múltiplas relações de condições materiais e desigualdades que compõem a vida social, que têm contribuído para uma visão homogeneizada desse fenômeno.

Nesse contexto, os serviços de saúde devem ampliar a cobertura e facilitar o acesso de adolescentes de ambos os sexos às unidades de saúde, e as equipes profissionais devem reconhecer a importância de seu papel como titulares de direitos no atendimento diferenciado a esses indivíduos, o que requer sensibilidade e pode exercer sua prática buscando a melhoria da qualidade no atendimento (FREITAS KR e DIAS SMZ, 2010).

O Programa Saúde nas Escolas impacta de forma positiva a sociedade e os indivíduos que nela estão envolvidos, sejam estudantes de escolas públicas, sejam universitários da área da saúde, sendo importante lembrar a necessidade da abordagem da sexualidade e educação sexual de maneira constante e frequente no contexto escolar, especialmente no ensino médio, quando a maior parte dos adolescentes começa a ter um maior contato prático com o assunto. A gravidez na adolescência é somente uma das consequências da falta de acesso à essas informações, porém é uma das que mais traz impacto na vida dos adolescentes, especialmente das meninas adolescentes, uma vez que a visão social da maternidade e da paternidade são completamente distintas, acarretando um peso maior para as mulheres, em qualquer faixa etária, porém de forma mais dura e pesada nas mais jovens. Garantir o acesso desse público às informações é dever dos profissionais e estudantes da área da saúde, compartilhado com educadores e familiares.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Lei 12.015, de 7 de agosto de 2009a. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1 da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5 da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 10 de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm#:~:text=L12015&text=LEI%20N%C2%BA%2012.015%2C%20DE%207%20DE%20AGOSTO%20DE%202009.&text=Altera%20o%20T%C3%ADtulo%20VI%20da,do%20inciso%20XLIII%20do%20art. Acessado em: 2 de junho de 2022.
2. BRASIL. Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010a. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm. Acessado em: 2 de junho de 2022.
3. BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acessado em: 3 de junho de 2022.
4. BRASIL. Ministério da Educação. Programa Saúde nas Escolas. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>. Acessado em: 30 de maio de 2022.

5. BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção à saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf. Acessado em: 4 de junho de 2022.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Cuidando de adolescentes: Orientações básicas para a Saúde Sexual e a Saúde Reprodutiva. Brasília - DF. 2016. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidando_adolescentes_saude_sexual_reprodutiva.pdf. Acessado em: 03 de junho de 2022.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais. Brasília, 2009b. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf. Acessado em: 31 de maio de 2022.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Marco teórico e referencial: Saúde Sexual e Saúde reprodutiva de adolescentes e jovens. Brasília, 2007. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0471_M.pdf. Acessado em: 04 de junho de 2022.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Orientações básicas de atenção integral à saúde de adolescentes nas escolas e unidades básicas de saúde. Brasília, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientacao_basica_saude_adolescente.pdf. Acessado em: 04 de junho de 2022.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS). Programa Saúde na Escola (PSE). 2020. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/pse>. Acessado em: 3 de junho de 2022.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica. Brasília. 2017. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/saude_adolescentes.pdf. Acessado em: 31 de maio de 2022.
12. BOUZAS ICS, et al. Gravidez na primeira fase da adolescência: impacto da idade materna nas complicações clínicas, obstétricas e neonatais. *Adolescência saúde*, 2013; 11(3): 7-21.
13. CERQUEIRA SANTOS E, et al. Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção. *Psicologia em estudo*, 2010; 15(1): 72-85.
14. FREITAS KR, DIAS SMZ. Percepções de adolescentes sobre sua sexualidade. *Texto contexto - enferm.*, 2010; 19(2): 351-357.
15. FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). Situação da População Mundial 2013. Gravidez Precoce: enfrentando o desafio da gravidez na adolescência. Relatório, 2013.
16. KAIL RV. *A Criança*. São Paulo: Pearson, Prentice Hall, 2010.
17. NASCIMENTO M, et al. Homens, masculinidades e políticas públicas: aporte para equidade de gênero. Rio de Janeiro: Promundo, 2009.
18. PONTES AF. Sexualidade: Vamos conversar sobre isso?. Dissertação (Doutorado em Ciências de Saúde Mental) – Instituto de Ciências Biomédicas. Universidade do Porto, Lisboa, 2010.
19. PROGRAMA P. Manual para o exercício da paternidade e do cuidado. Instituto Promundo, 2014. Disponível em: <https://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2014/12/Programa-P-Manual-para-o-exercicio-da-paternidade-e-do-cuidado.pdf>. Acessado em: 01 de junho de 2022.
20. RAMOS LS, et al. A saúde na escola como meio de prevenção da gravidez na adolescência: uma breve análise. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*. 2020; 45: e3036.
21. SILVA KLEIN TA. Sexualidade, Adolescência e Escola: Uma Abordagem Interdisciplinar. *IV Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*, 2003; 1-10.
22. SILVA QADD, et al. Fatores socioeconômicos relacionados à gravidez na adolescência. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2018; 5: 525-531.